

## FORMAÇÃO DOCENTE E O SUCESSO ESCOLAR DE EDUCANDOS AUTISTAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

João Paulo da Silva Barbosa<sup>1</sup>; Daniela Alves Maciel<sup>2</sup>; Viviane Guidotti<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Campina Grande – [joaopaulo08barbosa@hotmail.com](mailto:joaopaulo08barbosa@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Campina Grande – [danielaalvesmaciel@outlook.com.br](mailto:danielaalvesmaciel@outlook.com.br)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Campina Grande - [viviane.guidotti@ufcg.edu.br](mailto:viviane.guidotti@ufcg.edu.br)

### Resumo:

O objetivo central desse trabalho é relatar as experiências vivenciadas no desenvolvimento de um projeto de intervenção pedagógica acerca do sucesso escolar de estudantes autistas, refletindo sobre a relevância da formação continuada na construção de práticas pedagógicas que contribuam de modo efetivo para o desenvolvimento processo de ensino-aprendizagem de educandos autistas na rede regular de ensino. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica com a abordagem qualitativa e um relato de experiência buscando socializar conhecimentos vivenciados no desenvolvimento do projeto relatado. Diante disso, concluímos que, faz-se necessário investir na formação continuada dos docentes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas efetivamente de qualidade capazes de potencializar o desenvolvimento do educando com TEA. O conhecimento qualifica a prática docente e ameniza os desafios na sala de aula.

**Palavras-chave:** Relato de experiência, Inclusão, Autismo, Formação docente.

### Introdução

A inserção de educandos com Transtorno do Espectro Autista – TEA na sala de aula regular da educação básica, ocasiona preocupação em muitos docentes por vários fatores, desde a falta de formação para atuar com discentes autistas até a ausência de apoio da escola em estruturar currículos adaptados para esses sujeitos. Segundo pesquisas realizadas por Schmidt (et al., 2016, p. 224), o “sentimento de despreparo tem sido prevalente entre os professores de educandos com autismo, que atuam no contexto da sala de aula regular.

Diante disso, compreendemos que o sentimento de despreparo do docente pode se originar mediante lacunas existentes tanto no processo formação inicial, como também ausência de formações continuadas que abordem temáticas referentes a inclusão de alunos com TEA. A falta de conhecimento acerca do autismo limita o docente a desenvolver práticas pedagógicas que potencializem o desenvolvimento desses educandos de modo significativo.

Em face ao exposto e percebendo a necessidade de fomentar o processo de formação continuada de docentes, elaboramos um projeto de intervenção pedagógica vinculado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina – UFCG/CFP - Campus Cajazeiras PB. Em que abordamos como temática “O sucesso escolar de sujeitos com transtorno do espectro

autista (TEA)”. O referido projeto teve como público alvo professores da educação básica da rede pública de ensino atuantes em uma escola localizada na cidade de Cajazeiras-PB.

É relevante enfatizarmos que a inquietação para a elaboração e desenvolvimento do projeto relatado também surgiu mediante a participação em programas vinculados a UFCG, por exemplo, a Monitoria e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), além da participação em palestras. Nesses espaços nos foi oportunizado participar de discussões que nos possibilitaram compreender o quanto os educandos com TEA são caracterizados e estereotipados como sujeitos limitados ou incapazes de se desenvolverem significativamente. É relevante ressaltarmos que esses discursos foram proferidos na maioria das vezes por professores que se encontram no exercício da profissão.

No que concerne aos objetivos propostos no projeto, sistematizamos como objetivo geral: Sensibilizar a desconstrução da ideia de incapacidade acerca do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos com TEA. E como objetivos específicos: Compreender o TEA (contexto histórico, sintomatologia e tratamento); discutir as políticas afirmativas que asseguram os direitos dos sujeitos autistas; refletir acerca dos mitos e verdades que envolvem o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de alunos autista.

Nesse sentido, estruturamos como objetivo central desse trabalho relatar as experiências vivenciadas no desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica, refletindo sobre a relevância da formação continuada na construção de práticas pedagógicas que contribuam de modo efetivo para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de educandos autistas na rede regular de ensino.

Para a construção desse estudo, utilizamos a pesquisa bibliográfica “elaborada a partir de material já publicado” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54) o que forneceu informações e conhecimentos acerca do tema proposto, a abordagem qualitativa em que “[...] o pesquisador faz uma abstração, além dos dados obtidos, buscando possíveis explicações” (Idem, p. 114) e o relato de experiência buscando discorrer sobre as ações desenvolvidas durante a execução do projeto.

### **Autismo: uma breve apresentação histórica**

Em 1943, Leo Kanner, um psiquiatra americano, que estudou o comportamento de um grupo de crianças autistas, foi o primeiro estudioso a identificar e conceituar como Síndrome de Autismo Infantil Precoce, compreendendo como um distúrbio que se caracteriza mediante três aspectos: isolamento social, imutabilidade e comportamentos estereotipados.

Apresentando tais características por volta dos 2 ou 3 primeiros anos de vida (MOREIRA,2011).

Esses sujeitos mesmo com aparência física normal e expressão facial inteligente, apresentavam estereotípias gestuais, forte resistência a mudanças e apego a rotina, dificuldades e atraso na aquisição da linguagem ou incapacidade de usá-la como instrumento de comunicação e socialização, além da dificuldade em se relacionar com outros sujeitos (SANTOS, 2009).

Na década de 60 a psiquiatra inglesa Lorna Wing descreveu a tríade de sintomas do autismo: alterações na socialização, comunicação/linguagem e padrão de comportamento alterado, porém considera-se que os sintomas apresentados são variados de acordo com o grau e nível do autismo que se estende do leve ao severo (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

O contexto histórico do autismo é constituído por diversas variações que possibilitaram a evolução e compreensão desse transtorno no desenvolvimento humano. Nesse espaço de tempo o autismo foi caracterizado como um elemento de ordem patológica, como a psicose e a esquizofrenia, para que depois de muitos estudos realizados por vários pesquisadores tivéssemos a compreensão contemporânea, possibilitando-nos a reformulação e criação de novos conceitos.

Nesse sentido, Onzi e Gomes (2015, p. 189) descrevem que:

O TEA é considerado um transtorno que vai além da sua complexidade, distante de ser definido com exatidão, pois não existem meios pelos quais se possa testá-lo, muito menos medi-lo. Em outras palavras, as pesquisas realizadas atualmente estão distantes no sentido de apresentarem a “cura” para o autismo, acompanhando o indivíduo por todo seu ciclo vital.

É relevante ressaltarmos que apesar das evoluções dos estudos na área os pesquisadores ainda não conseguiram encontrar as causas que originam o autismo, o que existem são hipóteses relacionados a fatores genéticos e psicossociais.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, (DSM-V, 2014, p. 53)

O transtorno do espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger.

Segundo o mesmo manual, o autismo pode se dividir em graus que são: leve, moderado e severo. Além disso, por ser caracterizado como espectro existem variações nas

manifestações sintomatológicas entre os próprios sujeitos autistas, que podem ser influenciadas principalmente pelo grau e idade.

Os sintomas mais comuns são: gestos estereotipados por meio de movimentos repetitivos, muito tempo olhando para certas partes do corpo, por exemplo para as mãos, moder-se ou puxar os próprios cabelos, ecolalia imediata ou tardia, retardo ou ausência no desenvolvimento da fala, apego a rotina e resistência a mudanças, dificuldade em desenvolver empatia, interesse obsessivo em determinado assunto, retardo cognitivo ou inteligência acima da média, criança excessivamente sonolenta ou que chora sem consolo durante muito tempo, dificuldade de comunicação por gestos, ausência de contato ocular, alguns casos apresentam epilepsia com frequência nos primeiros anos de vida ou na adolescência (MELLO, 2007).

Também de acordo com a Associação de Amigos Autistas – AMA (apud MELLO, 2007) o diagnóstico desses sujeitos se dá a partir da avaliação de um quadro clínico por meio da observação de critérios comportamento mediante a ausência de exames que identifiquem o transtorno.

A AMA (apud MELLO, 2007) alerta que quanto mais precoce o diagnóstico mais possibilidades terão de iniciar uma intervenção especializada e significativa no desenvolvimento destes sujeitos. Em relação ao tratamento, este é realizado por uma equipe multidisciplinar englobando médicos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos e pedagogos, desenvolvendo terapias ocupacionais, educacionais e familiares.

### **Inclusão escolar**

A inclusão das pessoas autistas na escola regular se constitui mediante impasses e desafios, vários fatores contribuem para isso, desde a falta de formação dos professores até a infraestrutura das instituições de ensino que não estão adaptadas para que de fato a inclusão escolar aconteça, promovendo assim a exclusão escolar. Montoan (2003, p. 12) destaca a partir dos seus estudos que “A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retraçando.

Quanto a exclusão a autora (2003, p. 13, grifo nosso) pontua que:

A **exclusão escolar** manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela.

Segundo Marques (2016, p. 197) “A diversidade humana é inegável. Mas a escola, apesar de ser um espaço onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico.” A autora (2016) explica que os elementos do processo pedagógico correspondem a: objetivos, conteúdos, metodologias e recursos, relação professor-aluno e avaliação, que devem ser organizados para atender a todos os alunos considerando suas diferenças e singularidades.

Desta maneira, compreendemos que a inclusão de educandos com autismo requer mudanças que promovam na escola práticas pedagógicas inclusivas a partir do respeito a subjetividade dos alunos, respeitando as especificidades de cada um. O que nos remete sobre a importância tanto da formação inicial como da formação continuada dos professores, estarem engajadas em possibilitar estudos, pesquisas e reflexões acerca de proporcionar ambientes significativos de ensino, para oportunizar a construção de conhecimento de todos os alunos.

Por conseguinte, apresentaremos o local de execução do projeto, bem como o grupo participante e estruturação das ações.

### **Local e grupo participante**

Como citado anteriormente, o projeto foi desenvolvido em uma escola estadual da rede regular de ensino localizada na cidade de Cajazeiras PB. Essa instituição possui a modalidade de ensino fundamental I. Logo, o público alvo da nossa ação se constitui por docentes que atuavam nessa escola. Fizeram-se presente na formação sete profissionais, entre eles professoras da sala regular e sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a coordenadora pedagógica.

O período de intervenção do projeto ocorreu em três dias sendo realizadas atividades teórico-práticas, buscando desconstruir estigmas sociais, estereótipos e preconceitos que caracterizam as pessoas autistas como seres incapazes de se desenvolverem e colaboram para a construção da ideia de que a ação pedagógica é inútil para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos. Além disso, buscou-se fomentar e estimular os docentes a se dedicarem ao processo de formação continuada, pois o despreparo desqualifica a mediação docente e compromete o rendimento escolar dos educandos, sejam eles autistas ou não.

As ações se estruturam da seguinte forma: 1º dia – apresentação do contexto histórico do autismo, 2º dia – discussão sobre a inclusão dos educandos autista a sala de aula regular e

no 3º dia – atividade sobre mitos e verdades acerca do autismo. Utilizando como recursos pedagógicos vídeos e jogos educativos e textos informativos.

### **Relato de experiência**

Temos observado que nos últimos anos vem instaurando-se, na organização educacional brasileira, uma preocupação no que se refere a formação de qualidade dos profissionais da educação, principalmente ao que concerne aos profissionais da rede pública, por estar centrada nesse sistema um maior agravamento das condições de ensino do nosso país. A implementação de políticas públicas voltadas para este propósito tem se feito fundamental na tentativa de superar tal carência educacional.

A formação continuada, surge desse modo, com o propósito de suprir as necessidades da formação docente, seja no sentido de perfazer uma formação inicial, amenizando as lacunas existentes nesse percurso, fomentando o processo de formação dos docentes acerca da construção de novos conhecimentos voltados para temas diversificados. Assim, é imprescindível que a formação continuada seja oferecida aos docentes como complementação/atualização no curso do exercício da profissão.

Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96-LDB (BRASIL, 1996) define no inciso III do Art. 63 que os institutos superiores de educação manterão aos profissionais da educação “programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis” e enfatizando no inciso II, Art. 67 que os sistemas de ensino, como forma de valorização profissional, devem assegurar “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim” o que reforça a ampliação do alcance da formação continuada.

Ainda nessa perspectiva o Plano Nacional de Educação – PNE- (Lei n.10.172/2001) em seus objetivos e metas, garante que: “nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.” corroborando, também, “A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parceria com universidades e instituições de ensino superior.”

Frente a tais disposições, fica evidente o papel fundamental que as instituições de ensino superior têm que desempenhar para/com a formação continuada de profissionais da

educação, frisando a importância e contribuição para a valorização e transformação do ensino, buscando unificar os conhecimentos estruturados e sistematizados nas instituições superiores de modo a construir esse conhecimento junto à comunidade, que nesse caso nos referimos especificamente aos docentes do ensino público. A parceria entre as instituições superiores e as escolas, nesse sentido, instaura-se como processo facilitador de partilha de saberes e conhecimentos, a fim de melhorar a qualidade da educação.

Nesse sentido, o projeto desenvolvido se constituiu como ferramenta nesse processo de valorização da formação continuada, contribuindo para a construção de conhecimentos acerca do autismo corroborando para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem o sujeito com TEA, qualificando também a ação pedagógica e consequentemente contribuindo para a melhoria na qualidade da educação pública.

Iniciamos o projeto a partir de uma discussão sobre quais informações os sujeitos participantes continham em relação as pessoas autistas. Nessa etapa, objetivamos sondar os conhecimentos prévios e quais as representações que estes possuíam acerca do processo de desenvolvimento dos educandos com autismo. Alguns profissionais relataram a dificuldade em se trabalhar com esses alunos em sala aula regular devido seu comportamento ou por não saberem lidar com tais situações, principalmente em manter o foco do discente. Observamos nas falas termos como: anormais, deficiente, indisciplinados, entre outros. Além disso, alguns relataram não possuir conhecimentos sobre o assunto.

Diante disso, iniciamos a apresentação do contexto histórico do autismo buscando discutir sobre como se descobriu os primeiros casos, as evoluções das teorias e quais estudos colaboraram para o conhecimento na contemporaneidade. Nessa discussão, apresentamos também os aspectos sintomatológicos mais comuns nos sujeitos autistas, as possíveis causas e tratamento. Sistematizamos essa organização acreditando que a apresentação histórica colaboraria para a compreensão de duas visões: o autismo há décadas atrás e o autismo na contemporaneidade. Fomentando, nesse sentido, o entendimento das possibilidades de desenvolvimentos que estes sujeitos possuem. Discutindo das concepções dos docentes acerca dos alunos autistas.

No segundo dia, iniciamos um diálogo sobre quais políticas inclusivas os profissionais conheciam. A professora da sala de AEE iniciou sua fala retratando que os sujeitos autistas devem estar matriculados na sala de aula regular, porém os pais desconhecem esse direito. A partir disso, fizemos a apresentação de algumas leis que asseguram o direito ao aluno com autismo estar matriculado à rede regular de ensino, sendo dever dos pais ou responsáveis matricular os filhos ou pupilos e dever do estado garantir igualdades de condições de acesso e

permanência, bem como garantindo o seu desenvolvimento, tendo a sala de AEE como elemento fomentador no processo de desenvolvimentos dos discentes. A negação da matrícula desses alunos nas instituições de ensino regular acarretam em multas para o diretor ou responsável. Essa discussão se deu a partir da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, Resolução CNE/CBE, nº 4/2009, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista Lei nº 12.764/2012, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Lei 13.146/2015, entre outras.

Levantamos algumas questões que os levaram a refletir sobre como a escola tem oportunizado a inclusão desses sujeitos, como também quais as práticas inclusivas que os docentes vêm desenvolvendo, possibilitando a participação e inclusão do discente autista em sala de aula e conseqüentemente seu desenvolvimento. Os profissionais relataram que a matrícula ainda não é suficiente para garantir a inclusão, pois a infraestrutura da escola encontra-se precária, além disso, a ausência de conhecimentos acerca do transtorno faz com que essa inclusão se torne um desafio. Assim, reconheceram a necessidade de dedicar-se a formação continuada, compreendendo-se como profissionais em construção que necessitam de formações complementares para o desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas.

Para fundamentar nosso projeto, considerando a capacidade do sucesso escolar dos alunos autistas trouxemos dados demonstrativos que apresentam o quantitativo de alunos autista nas instituições de ensino superior (IES) no Brasil, cerca de 488 alunos autistas estão matriculados em IES públicas e privadas, dado este apresentado pelo *site* G1 (2018).

No último encontro, após os debates teóricos, realizamos uma atividade prática intitulada “mitos e verdades sobre o autismo”. Cada docente recebeu três envelopes contendo informações sobre o TEA. Após isso, realizaram a leitura das informações que estavam no envelope e, a partir das discussões durante a formação, afirmavam se o que estava escrito seria mito ou verdade, justificando a resposta. Logo, cada envelope oportunizava um novo debate. Objetivamos nessa atividade observar a apreensão dos conhecimentos que foram construídos durante a formação, analisando as visões antes e depois da execução do projeto.

Percebemos o êxito, pois ideias de limitações e incapacidade foram desconstruídas. Compreendendo uma nova ideia de que assim como qualquer outro sujeito, o aluno autista aprende, pois, a aprendizagem faz parte do desenvolvimento humano, não há como fugir dela. Porém, é preciso compreender que cada sujeito possui um tempo específico e um modo diferente de aprender, seja ele autista ou não. Necessita-se entender também que os alunos autistas muitas vezes necessitarão de um apoio maior dependendo do grau do transtorno, mas

isso não o faz incapaz de aprender e se desenvolver. Nessa acepção, Cunha (2016, p. 15), compreende que

O aluno aprende. O aluno com o transtorno do espectro autista aprende. A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo.

Na finalização da ação fizemos um momento de avaliação com os participantes, em que estes externaram se a formação teria atendido as expectativas, as possíveis lacunas na intervenção do projeto, o que poderia ser melhorado, entre outras questões que nos possibilitarão redimensionar o projeto buscando contribuir para qualificação do projeto. O grupo relatou a satisfação em ter participado do trabalho e que foi relevante para a construção de novos conhecimentos e a desconstrução de uma imagem negativa acerca dos educandos autistas. Além disso, os profissionais nos sugeriram a ampliação desse debate, não limitando apenas a professores do fundamental I, mas sim as demais modalidades de ensino da educação básica, como também a participação de todos os profissionais que compõe a escola. Justificando que, o aluno autista é capaz de aprender, portanto, eles estarão presentes também no fundamental II e no ensino médio e a grande parte dos docentes que atuam nessa área não possuem formação voltada para a educação inclusiva.

### **Considerações finais**

Em face ao exposto, compreendemos a necessidade da formação continuada dos docentes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas efetivamente de qualidade capazes de potencializar o desenvolvimento do educando com TEA. O conhecimento qualifica a prática docente e ameniza os desafios na sala de aula. Diante disso, evidenciamos que as instituições de ensino superior podem colaborar de modo efetivo para essa formação desenvolvendo pesquisas, projetos de extensão e intervenções pedagógicas.

O estímulo para a elaboração de projetos dessa natureza contribui tanto para a formação continuada do público alvo, quanto para formação inicial dos graduandos de licenciatura, sensibilizando a construção de um profissional competente e qualificado e conseqüentemente que irá colaborar para melhoria da qualidade da educação do país.

Dessa forma, faz-se necessário investir na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, enfatizando nesse caso específico os que atuam cotidianamente com pessoas autistas, pois a elaboração de políticas inclusivas não será suficiente se no

cotidiano escolar não forem executadas, estarão contribuindo apenas para uma ‘pseudoinclusão’.

Portanto, o projeto desenvolvido colaborou de modo significativo para a construção da ideia de que os docentes necessitam reconhecer e valorizar as potencialidades dos educandos autistas, centrado em um trabalho que possibilite o desenvolvimento desses sujeitos. Em todos os momentos da intervenção objetivamos desconstruir os estigmas sociais, estereótipos e preconceitos que caracterizam os educandos com autismo como pessoas capazes desenvolverem um bom rendimento escolar, nessa acepção, mediante diálogo com os participantes observamos o resultado exitoso do objetivo proposto.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. CNE. CEB. **Resolução n. 4**, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014. [Edição extra – seção 1].

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146** de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2015.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar-deias e práticas pedagógicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

DSM-V - **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARQUES. Luciana Pacheco. Implicações da Inclusão no Processo Pedagógico. **Revista Inter-Ação**. v. 31, n. 2, p. 197-208, jul./maio., 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1255>>. Acesso em: 13 set. 2018.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo**: guia prático. 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: Corde, 2007.

MOREIRA, Raquel da Conceição Pereira. **Representações dos docentes do 1º ciclo do ensino básico face a crianças com síndrome de asperger**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola Superior de Educação Almeida Garrett, 2011.

ONZI, Franciele Zanella. GOMES, Roberta de Figueiredo. Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Michele Araújo. **Entre o familiar e o estranho**: representações sociais de professores sobre o autismo infantil. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

SCHMIDT, Carlo et al. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v.18, n. 1, p. 222-235, jan.-abr. 2016

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.